

Entrada da Guiné Equatorial na CPLP, entre o apoio e a reprovação

Considerado um dos regimes mais obscuros e fechados do mundo, a Guiné Equatorial é palco de violações sistemáticas dos direitos humanos, com prisões arbitrárias, julgamentos sumários, perseguições, torturas e limitações à liberdade de imprensa, expressão.

A entrada de Malabo como membro permanente na organização (que goza do estatuto de observador associado desde 2006) tem dividido a comunidade lusófona e gerado bastante polémica e desconforto, devido essencialmente a razões de carácter social, político e cultural. A antiga colónia espanhola, que formalizou a proposta de adesão há quatro anos para fazer frente ao isolamento internacional, viu o seu objectivo recusado nas cimeiras de Luanda (2010) e Maputo (2012), por não cumprir os requisitos necessários e devido sobretudo à oposição de Portugal. De facto, o país não cumpre propriamente os princípios básicos e essenciais da CPLP, como a promoção da democracia, estado de direito, direitos humanos e justiça social. Considerado um dos regimes mais obscuros e fechados do mundo, a Guiné Equatorial é palco de violações sistemáticas dos direitos humanos, com prisões arbitrárias, julgamentos sumários, perseguições, torturas e limitações à liberdade de imprensa, expressão e manifestação. Para além disso, vigorava então a pena de morte, que é expressamente proibida nos oito Estados-membros. Com o poder concentrado nas mãos de Teodoro Obiang Nguema Mbasogo há quase 35 anos, possui elevados índices de corrupção e desigualdades sociais. Com vista a satisfazer as exigências da CPLP, o país aprovou recentemente um projecto-lei para castigar, proibir e prevenir os actos de tortura, segundo avançou um alto responsável do Governo, numa declaração no Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas no início de Março. Contactado pela PCN, o Presidente da Amnistia Internacional de Portugal, Victor Nogueira, considerou «positiva» tanto a moratória sobre a suspensão da pena de morte, como a lei que pune e previne os actos de tortura. No entanto, garantiu que é necessário passar das palavras aos actos. «Não basta a Guiné Equatorial dizer que vai fazer; é necessário que mostre», assegurou Victor Nogueira, salientando que o que «seria correcto é que a pena de morte fosse abolida». A grande maioria dos países lusófonos, nomeadamente Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, têm vindo a alegar, na generalidade, que a admissão de Malabo possibilitaria, por si só, a abertura política e, como tal, uma mudança no regime. Já Portugal sempre considerou necessário garantir, a priori, o cumprimento das exigências expressas no «roteiro», sobretudo a questão dos direitos humanos. Posição semelhante foi partilhada por Moçambique, argumentando que era fundamental existir uma maior abertura política em Malabo antes de se concretizar a entrada na



Desde 2010 que o Brasil apoia a entrada da Guiné Equatorial na CPLP, tendo sido um dos países que mais expressou activamente a sua posição.

CPLP. Mas até que ponto a questão da pena de morte condiciona por completo a tomada de posição de cada país? Ou até mesmo factores culturais e históricos? Não estarão também em jogo interesses económicos, políticos e diplomáticos? Apesar de não ser um Estado «recomendável», a Guiné Equatorial tem a seu favor as vastas reservas de petróleo e gás natural, que representam mais de 90% do Produto Interno Bruto (PIB), e garantem os recursos financeiros necessários para atrair e prestar auxílio à comunidade lusófona. Considerado o terceiro maior produtor de petróleo na África Subsaariana, depois da Nigéria e Angola, nos últimos anos têm vindo a assinar acordos bilaterais com os integrantes

da CPLP em diversos sectores, recebendo em «troca» o seu apoio face à entrada como membro de pleno direito na organização. O regime de Teodoro Obiang tem a noção que ao aproximar-se dos países lusófonos consegue contornar um certo isolamento internacional, ambicionando obter prestígio no exterior, depois de a adesão à francofonia não ter reproduzido os resultados desejados. Em declarações à PCN, Ana Lúcia Sá, investigadora no Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-IUL, considerou que o apoio do Brasil e Angola está relacionado sobretudo com questões diplomáticas. «Sobre o Brasil e Angola, poderá dever-se ao facto de a Guiné Equatorial ter desenvolvido relações diplomáticas mais estreitas com estes países. No caso do Brasil, para além de visitas oficiais do ex-presidente Lula da Silva e da actual Presidente Dilma Rousseff, há empresas brasileiras com uma boa implementação no país. O filho mais velho de Teodoro Obiang, conhecido como Teodorín, e vice-presidente segundo da Guiné Equatorial, viaja frequentemente para o Brasil, onde tinha investido no sector imobiliário», afirmou a especialista em assuntos africanos. De facto, desde 2010 que o Brasil apoia a entrada da Guiné Equatorial na CPLP, tendo sido um dos países que mais expressou activamente a sua posição. Nos últimos anos, as duas nações assinaram diversos acordos bilaterais, nos domínios da Agricultura, Desporto, Transportes, Saúde, Educação, Petróleo, entre outros. Para além disso, dezenas de empresas brasileiras encontram-se presentes na Guiné

Entrada da Guiné Equatorial na CPLP, entre o apoio e a reprovação

«O Presidente [José Eduardo] dos Santos assegurou que a Guiné Equatorial vai entrar na próxima reunião», referiu Teodoro Obiang numa conferência de imprensa em Maio no âmbito de uma visita oficial a Luanda.

Equatorial, com destaque para a petrolífera Petrobras ou as construtoras Andrade Gutierrez ou Odebrecht. Brasília tem vindo a alegar que o fortalecimento das relações com Malabo poderia contribuir para promover a democracia no país.

Um dos Estados-membros que mais lucraria com esta adesão seria certamente Angola, outro grande produtor de petróleo no continente africano. Aliás, José Eduardo dos Santos garantira ao seu homólogo equatoguineense que o país entraria na CPLP este ano. «O Presidente dos Santos assegurou que a Guiné Equatorial vai entrar na próxima reunião», referiu Teodoro Obiang numa conferência de imprensa em Maio no âmbito de uma visita oficial a Luanda. As relações de cooperação entre os dois países ganharam um novo impulso com a deterioração dos laços entre a Guiné Equatorial e a França, na sequência de «incidentes» diplomáticos. As duas nações africanas já assinaram vários acordos bilaterais, nos domínios da Defesa, Segurança, Petróleo, Pescas ou Transportes.

No que respeita a Cabo Verde, esta questão não reuniu o consenso entre o primeiro-ministro, José Maria Neves, e o Presidente da República, Jorge Carlos Fonseca. Em 2012, o chefe do Governo anunciou que o país apoiaria a entrada da Guiné Equatorial na CPLP, alegando que a mesma poderia contribuir para que a organização ganhasse mais força e um «papel geoestratégico em África». Esta posição não foi patrocinada por Carlos Fonseca, que reconheceu problemas nos valores democráticos. No entanto, o chefe de Estado chegara a admitir que os recursos petrolíferos tornavam a adesão do país «apetecível» para os interesses económicos dos Estados-membros. Recentemente, o ministro cabo-verdiano das Relações Exteriores, Jorge Borges, negara esta ideia, defendendo que a entrada da Guiné Equatorial não estava relacionada com o seu potencial económico, mas laços culturais e relações históricas com os integrantes da organização. «Há outros países também economicamente fortes, com quem podemos trocar experiências, apoiar-nos mutuamente, o que é o princípio da própria organização. Não penso, não creio, ser esse o móbil, por ser um país economicamente forte. Há afinidades culturais e relações históricas que o justificam», referiu o ministro numa entrevista à Rádio Cabo Verde em Fevereiro.

São Tomé e Príncipe, país vizinho e parceiro na Comunidade Económica de Estados da África Central (CEEAC), já era favorável à entrada da Guiné Equatorial antes da oficialização do pedido de adesão em 2010. O



O Governo português, que tinha apresentado mais obstáculos, mudou inesperadamente de posição. A mudança de opinião surge no seguimento do anúncio sobre a suspensão da pena de morte.

Governo são-tomense tem vindo a desdramatizar a questão da pena de morte, mostrando-se convicto de que a Guiné Equatorial entrará na CPLP. «Estou convicto que a Guiné Equatorial vai entrar na CPLP. Há muita gente que está muito mal informada sobre a Guiné Equatorial. Só os aspectos negativos é que vêm ao de cima e são explorados em função dos interesses de uns e de outros. O que se fala da Guiné Equatorial? Fala-se, por exemplo, que tem pena de morte. E os Estados Unidos não têm?», afirmara o Presidente Manuel Pinto da Costa em 2012. Para esta tomada de posição contribui naturalmente os laços históricos, a localização geográfica e os diversos acordos bilaterais assinados nos últimos anos sobretudo no domínio do Petróleo.

Em 2007, Malabo disponibilizara cerca de um milhão de euros para pagamentos em atrasos aos elementos do corpo de intervenção de São Tomé («ninjas»).

Já Timor-Leste mostrou-se disponível a apoiar a adesão caso a Guiné Equatorial cumprisse as condições exigidas pela CPLP, nomeadamente em questões de defesa dos direitos humanos e na definição da língua portuguesa como um dos idiomas oficiais. No que respeita a Bissau, muitas vezes comparado a Malabo no que respeita à questão dos direitos humanos, não têm manifestado formalmente a sua posição face a este assunto.

A (in)esperada reviravolta de Portugal

O Governo português, que tinha apresentado mais obstáculos, mudou inesperadamente de posição. A mudança de opinião surge no seguimento do anúncio sobre a suspensão da pena de morte. No início do ano, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Rui Machete, afirmara que se o país não adoptasse a moratória relativamente à pena de morte, avaliaria de forma «claramente negativa» a entrada da Guiné Equatorial como membro permanente. «Através da adopção da moratória tomamos uma atitude de acolhimento da Guiné Equatorial, porque nos parece que é significativo e é simbólico. Se isso não existir, teremos de discutir com os países-membros da CPLP a atitude a tomar, mas a nossa posição é claramente negativa quanto à sua passagem de observador a membro definitivo», assegurou o chefe da diplomacia portuguesa num discurso no Parlamento no início

Entrada da Guiné Equatorial na CPLP, entre o apoio e a reprovação

A entrada como membro de pleno direito na CPLP traria imensos benefícios a Malabo. Por um lado possibilitaria encobrir os actos macabros cometidos pelo regime, melhorando a sua imagem no exterior, assim como esconder nos países lusófonos as receitas provenientes do petróleo.

de Fevereiro. Paralelamente, ocorre um mês depois de o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Luís Campos Ferreira, ter assinado, no âmbito de uma visita oficial a Malabo, um protocolo que determina a promoção e difusão da língua portuguesa e um memorando para programas de formação em português aos altos funcionários e quadros da Administração Pública e diplomacia da Guiné Equatorial.

No entanto, coincidência ou não, esta reviravolta surge também numa altura em que a Guiné Equatorial prepara-se para entrar no capital do Banif, que se encontra em processo de recapitalização. O banco português, presidido pelo ex-ministro dos Negócios Estrangeiros Luís Amado, anunciou no início do ano que estabeleceria um memorando de entendimento com o Governo de Malabo, visando «iniciativas de colaboração no sector bancário», que poderá levar à entrada de uma empresa equato-guineense no capital do Banif, num montante de cerca de 133 milhões de euros.

Esta repentina mudança de posicionamento foi criticada pelo partido Bloco de Esquerda (oposição), que associou a pressão diplomática para a adesão do país africano a negócios relacionados com o sector petrolífero e à questão do Banif. «Ficámos a saber que uma empresa estatal da Guiné Equatorial vai injectar 133 milhões de euros no Banif, o banco dirigido por Luís Amado, um banco intervenção pelo Estado português. O Banif precisa deste capital, não lhe importa a sua origem, quer recapitalizar-se. O regime ditatorial de Obiang precisa da CPLP para lavar a sua imagem no plano internacional», afirmou a deputada do Bloco de Esquerda Helena Pinto, em plenário na Assembleia da República no final de Fevereiro.

Questionada se a mudança de posição de Portugal poderia estar relacionada com o Banif, Ana Lúcia Sá respondeu afirmativamente. «Creio que a questão do Banif foi essencial. E de outras que poderão assemelhar-se ao Banif e ainda não conhecemos. Trata-se de comprar vontades e favores. Será que um dia Portugal será considerado como mais um “bem mal adquirido” por parte da família Obiang?», referiu a investigadora em declarações à PCN.

Possível mudança no regime?

É certo que a entrada como membro de pleno direito na CPLP traria imensos benefícios a Malabo. Por um lado possibilitaria encobrir os actos macabros cometidos pelo regime, melhorando a sua imagem no exterior, assim como esconder nos países lusófonos as



«O regime não vai mudar. Estes regimes, há quem compare a Guiné Equatorial à Coreia do Norte, não mudam por decreto, nem pela realização de eleições regulares, nem por relações bilaterais, nem pela sua integração em instituições internacionais.»

receitas provenientes do petróleo. Por outro, permitiria escapar, de uma forma mais eficaz, às autoridades francesas e norte-americanas, que abriram processos contra o filho de Obiang, por suspeitas de corrupção e fraude fiscal.

Embora a curto prazo possa satisfazer os interesses políticos e económicos dos Estados-membros, no futuro traria certamente

alguns prejuízos à própria Comunidade de Países de Língua Portuguesa, com os princípios defendidos a serem colocados em causa, e como tal, a credibilidade da organização. «Uma possível entrada na CPLP, na minha opinião, representa um desrespeito pelos valores veiculados pela língua portuguesa que a CPLP defende e um desrespeito pelos valores veiculados pelos estatutos concebidos e aprovados pelos países que compõem a CPLP», afirmou a investigadora do ISCTE-IUL.

Mas será mesmo que contribuiria para realizar profundas mudanças no país? «O regime não vai mudar. Estes regimes, há quem compare a Guiné Equatorial à Coreia do Norte, não mudam por decreto, nem pela realização de eleições regulares, nem por relações bilaterais, nem pela sua integração em instituições internacionais. A possível adesão à CPLP não vai fazer com que este país respeite o primado da paz, da democracia, dos direitos humanos e da justiça social», acrescentou Ana Lúcia Sá.

Independentemente das divergências e opiniões, a decisão final caberá aos chefes de Estado e de Governo da CPLP na cimeira em Díli, que deverá decorrer entre os dias 20 e 25 de Julho, quando Timor-Leste assume a presidência rotativa da organização, sucedendo a Moçambique. ■